



**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR O
DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO,
BEM COMO DA APRESENTAÇÃO DO SEU PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2019
(Do Sr. EDUARDO BISMARCK)**

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Abraham Weintraub, informações sobre valores repassados a Estados e Municípios pelo Ministério da Educação.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Abraham Weintraub, informações sobre o Orçamento do Ministério da Educação. Nesses termos, requisita-se informações sobre:

1. O valor repassado aos estados e municípios pelo Ministério da Educação no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), discriminado por ente federativo, desagregado para os períodos de: Janeiro a Agosto de 2017, Janeiro a Dezembro de 2017, Janeiro a Agosto de 2018, Janeiro a Dezembro de 2018 e Janeiro a Agosto de 2019. Valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA.



2. O valor repassado aos estados e municípios pelo Ministério da Educação no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), discriminado por ente federativo, desagregado para os períodos de: Janeiro a Agosto de 2017, Janeiro a Dezembro de 2017, Janeiro a Agosto de 2018, Janeiro a Dezembro de 2018 e Janeiro a Agosto de 2019. Valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA.

3. O valor repassado aos estados e municípios pelo Ministério da Educação no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), discriminado por ente federativo, desagregado para os períodos de: Janeiro a Agosto de 2017, Janeiro a Dezembro de 2017, Janeiro a Agosto de 2018, Janeiro a Dezembro de 2018 e Janeiro a Agosto de 2019. Valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA.

4. O valor repassado aos estados e municípios pelo Ministério da Educação no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), discriminado por ente federativo, desagregado para os períodos de: Janeiro a Agosto de 2017, Janeiro a Dezembro de 2017, Janeiro a Agosto de 2018, Janeiro a Dezembro de 2018 e Janeiro a Agosto de 2019. Valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA.

5. O valor repassado aos estados e municípios pelo Ministério da Educação no âmbito da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), discriminado por ente federativo, desagregado para os períodos de: Janeiro a Agosto de 2017, Janeiro a Dezembro de 2017, Janeiro a Agosto de 2018, Janeiro a Dezembro de 2018 e Janeiro a Agosto de 2019. Valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA.



JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Externa tem como objetivo acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação, assim como a apresentação de seu planejamento estratégico. Entre as prerrogativas da Comissão está a de requerer informações que julgue necessárias para a consecução dos seus objetivos, incluindo a demanda sobre dados orçamentários do Ministério da Educação.

No mês de março, o governo federal realizou cortes no Orçamento para 2019, tendo o Ministério da Educação sido uma das pastas que mais foram atingidas, com uma significativa redução orçamentária. Mesmo a educação básica, citada como prioritária pelo atual Ministro e pelo governo, sofreu bloqueio, no início de 2019, da ordem de pelo menos 2,4 bilhões em investimentos, segundo levantamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes).

Segundo apuração jornalística publicada no dia 15 de julho de 2019 na Folha de São Paulo, até então aquele momento não havido repasse para os estados e municípios para apoiar a implementação da educação integral. Na realidade, todos os fomentos específicos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) estavam com repasses zerados (foram de R\$ 129,4 milhões em 2018), ainda que não estivessem inclusos no contingenciamento de gastos do Ministério da Educação anteriormente anunciado. A matéria mostra ainda que “até abril, foram pagos R\$ 10,3 bilhões para a continuidade da construção de unidades municipais por meio do programa Proinfância. O valor representa 13% do executado no mesmo período de 2018”.



A reportagem apurou ainda que “repasses obrigatórios para alimentação e transporte escolar não foram interrompidos, chegando, na média dos dois, a 53% de execução, de um valor orçado de R\$ 2,6 bilhões” e que, segundo o MEC, as transferências relacionadas ao PDDE “estão em fase de preparação para liberação de pagamento”.

É preciso haver esclarecimento público do andamento dessas avaliações no período desde a publicação da citada reportagem, considerando a importância dos programas PNAE, PNATE, PDDE, Proinfância e fomento ao Ensino Médio em tempo integral (EMTI) para a continuidade da gestão educacional nas redes de ensino do país.

Ainda que os recursos destinados pelo Governo Federal sejam de natureza suplementar, eles são essenciais para, na prática, garantir que os estudantes consigam chegar a escolas com infraestrutura adequada, tenham horas suficientes para o estudo de qualidade, alimentação escolar saudável e, portanto, acesso pleno ao direito constitucional à Educação. Sem apoio consistente do Governo Federal, as redes municipais e estaduais se encontrarão em dificuldades gerenciais para promover a Educação de qualidade no território nacional.

Nesse cenário, é fundamental compreender como têm evoluído os repasses do Governo Federal aos estados e municípios através dos programas de transferências de recursos supracitados. Por isso, o pedido de informações visa a transparência de quanto cada ente federativo tem recebido de repasses nos últimos anos, a fim de elucidar – com identificação territorial granular – se há incrementos ou decréscimos nas possibilidades de investimento educacional em função da atuação supletiva do Ministério da Educação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Eduardo Bismarck – PDT/CE

Requeremos tanto a informação de nível de despesa executada em diferentes períodos de tempo entre 2017 e 2019, de forma que as informações estejam devidamente contextualizadas.

Desse modo, consideramos de grande relevância que esta e outras questões recebam maiores esclarecimentos.

Sala das Comissões, de setembro de 2019.

Deputado EDUARDO BISMARCK

PDT-CE